

**Concurso dos Regimes de Reingresso e de Mudança de Par Instituição/Curso no Ensino Superior – ano letivo 2026/2027**

**ATA N.º 6**

No dia doze de maio de dois mil e vinte e seis, pelas 17 horas, reuniu por videoconferência, via teams, o júri do Concurso dos Regimes de Reingresso e de Mudança de par Instituição/Curso no Ensino Superior referente ao ano letivo 2026/2027.-----

Estiveram presentes na reunião os seguintes elementos:

- Patrícia Vinheiras Alves (Presidente)
- Maria Eulália Leite Da Mota Novais (1º vogal)
- Maria João Coito Delgado (2º vogal)

A reunião teve como ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- Continuar a análise dos documentos enviados pelos candidatos, desde a última reunião até à data e responder às suas questões, quando adequado.

Iniciou-se a reunião com a análise dos emails recepcionados do suporte académico graduados a , desde a última reunião até à presente data, do(a)s seguintes candidato(a)s:

- nº 463 - Carmelina Monteiro Costa (candidatura a regime de Reingresso), à qual faltava o título de residência atualizado.
- nº 471 - Inês Santos de Oliveira Neto Diniz (candidatura a regime de mudança de par instituição/curso), à qual faltava a certidão de habilitações com discriminação das UC

em que obteve aproveitamento, regime anual ou semestral, respectivas classificações e ECTS e/ou carga horária, e o pré-requisito atualizado.

- n.º 499 - Claire Vieira Cardeira (candidatura a regime de mudança de par instituição/curso), à qual faltava o pré-requisito atualizado e o Historial de acesso ao ensino superior (Ficha ENES, com discriminação da nota de candidatura) ou, quando aplicável declaração da instituição em que está matriculada/o, com indicação explícita da nota de acesso.
- n.º 508, Eliana Fernandes de Almeida (candidatura a regime de reingresso), a qual foi excluída ao abrigo da alínea b) do artigo 5º da Portaria nº 181-D/2015.

Constatou-se que:

- A candidata Carmadelina Monteiro Costa enviou o recibo comprovativo de pedido de renovação de autorização de residência que, nos termos do n.º 7 do artigo 78.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, na sua redação atual, o recibo de pedido de renovação de autorização de residência produz os mesmos efeitos do título de residência durante um prazo de 60 dias, renovável. A candidata foi admitida.
- A candidata Inês Santos de Oliveira Neto Diniz entregou os dois documentos em falta. A candidata foi admitida.
- A candidata Claire Vieira Cardeira envia um email que terá enviado à DGES e questiona se basta o documento referente a 2017 ou tem de pedir também o documento referente à sua primeira candidatura ao ensino superior referente a 2016. É respondido pelo júri - O ponto 4.1.2 do Edital do concurso publicado em Diário da República nº61, pelo Aviso n 6920/2026/2, de 27 de março refere-se à "Documentação específica para além da descrita no ponto anterior, consoante a situação específica da/o estudante", sendo que o ponto i) da alínea a) do referido ponto solicita, para os estudantes que

tenham ingressado no ensino superior ao abrigo do Concurso Nacional, o "Historial de acesso ao ensino superior (Ficha ENES, com discriminação da nota de candidatura) ou, quando aplicável, declaração da instituição em que está matriculada/o, com indicação explícita da nota de acesso". Assim sendo, deve entregar a ficha ENES que contém a nota de candidatura que lhe deu acesso ao Ensino Superior, ou no caso do seu acesso ao ensino superior ter sido por outra via, deve entregar o documento com a nota de acesso, conforme contemplado nas restantes alíneas do referido ponto 4.1.2.

- A candidata Eliana Fernandes de Almeida apela à sua inclusão no concurso. Tendo em conta a alínea b) do artigo 5º da Portaria nº 181-D/2015 a candidata mantém-se excluída.

Nada mais havendo a acrescentar, deu-se por terminada a reunião pelas dezoito horas, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada pela Presidente do júri.-----

A Presidente do Júri